

ESTUDOS E PESQUISAS Nº 83

Pobreza no Brasil: O que mudou nos últimos 30 anos?

Sonia Rocha *

Seminário Especial
Mini-Fórum em homenagem aos 40 anos do Ipea
Rio de Janeiro, setembro de 2004



* Economista, Coordenadora de Projetos do IBRE – Fundação Getúlio Vargas.

Versão Preliminar – Texto sujeito à revisões pelo(s) autor(es).

Copyright © 2004 - INAE - Instituto Nacional de Altos Estudos. Todos os direitos reservados. Permitida a cópia desde que citada a fonte. *All rights reserved. Copy permitted since source cited.*

INAE - Instituto Nacional de Altos Estudos - Rua Sete de Setembro, 71 - 8º andar - Rio de Janeiro - 20050-005 - Tel.: (21) 2507-7212 - Fax: (21) 2232-1667 - E-mail: forumnacional@inae.org.br - web: <http://forumnacional.org.br>

Introdução

A questão da pobreza absoluta tem se mantido na agenda de preocupações da sociedade brasileira de forma contínua durante os últimos quinze anos. Diante da frustração com a persistência do fenômeno, especialmente visível e chocante nas metrópoles, é freqüente que sejam feitas afirmativas sobre o agravamento da pobreza e referências a melhores condições de vida quando o Brasil era um país essencialmente rural.

Embora seja comum idealizar o passado e atribuir qualidades idílicas ao mundo rural, ao analisar a evolução brasileira dos últimos 35 anos não há quaisquer evidências que dêem embasamento à afirmativa de que ocorreu agravamento da pobreza. Ao contrário, o Brasil enriqueceu e se modificou em todos os aspectos, em particular se desruralizou e se modernizou. O país que temos no início do século XXI é radicalmente diferente daquele de 1970. Mesmo sem fazer juízo de valor sobre a sociedade de consumo e sobre a “modernidade”, há evidências incontestes de progresso, e, em particular, de que a pobreza vista como uma situação de carências diversas se reduziu: a taxa de mortalidade infantil, o indicador mais sintético das condições de vida, declinou de 115 por mil nascidos vivos em 1970, para 29,6 por mil em 2000. Há ainda progressos a realizar para chegar às condições de vida de países como a Suécia,¹ mas uma boa parte do caminho já foi percorrido.

O objetivo deste texto é sistematizar evidências sobre a evolução da pobreza no Brasil no longo prazo, isto é, utilizando parâmetros comparáveis entre 1970 e 2001/2002. Os parâmetros de renda utilizados, as linhas de pobreza que servem para distinguir pobres de não-pobres, são compatíveis com a composição do consumo na década de 70, mas foram ajustadas monetariamente para levar em conta as mudanças nos níveis de preços ao longo desses mais de trinta anos.² Embora pesquisas de orçamentos familiares recentes permitam estabelecer linhas a partir de estruturas de consumo mais atualizadas, elas seriam impraticáveis para a utilização num período tão longo, já que houve entre 1970 e 2002 um aumento do nível de renda com conseqüente elevação e mudança do consumo das famílias. Como se sabe, é a composição do consumo nas camadas de baixa renda, e em particular, a forma como são atendidas as suas necessidades alimentares, que determinam a estrutura da cesta básica e o valor da linha de pobreza. Assim, utilizar para a análise de longo prazo linhas de pobreza de valor mais elevado, compatíveis com o nível de renda e de consumo do início do século XXI, significaria ter como ponto de partida uma proporção de pobres próxima a 100% em 1970, o que seria desprovido de interesse para diferenciar e caracterizar esta subpopulação.

Este texto está dividido em quatro seções, além desta introdução. Na próxima seção é feita a análise da pobreza enquanto insuficiência de renda entre 1970 e 2002. Após este crivo inicial a partir da renda, as seções seguintes apresentam uma análise estático-comparativa da pobreza nos anos de 1981 e 2001, utilizando dados comparáveis da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). A seção 3 trata das mudanças na formação da renda, o que envolve naturalmente as mudanças de inserção dos pobres no mercado de trabalho. A seção 4 sistematiza as melhorias nas condições de vida. Embora os indicadores sejam apresentados para os anos extremos do período analisado, estas melhorias ocorreram de forma contínua e sustentada, apesar da evolução acidentada da renda. Finalmente, a seção 5 sistematiza as principais conclusões.

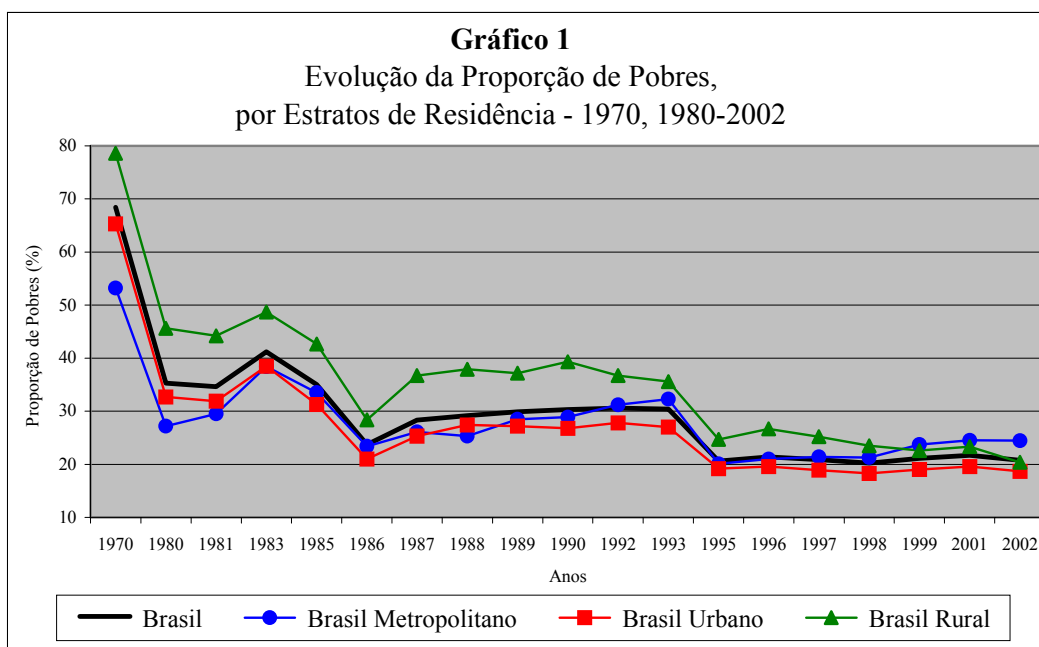
¹ As taxas de mortalidade infantil nacionais mais baixas se situam em 3/1000. (PNUD, Relatório de Desenvolvimento Humano, 2004).

² Sobre a metodologia de estabelecimento de linhas de pobreza, assim como os valores derivados de pesquisas de orçamento familiares diversas, ver Rocha (2003), capítulos 2 e 3.

Renda e Pobreza numa Perspectiva de Longo Prazo – 1970-2002

No Brasil, nos dias de hoje, não causa estranheza que a pobreza seja associada à insuficiência de renda. De fato, num país com rendimento *per capita* em patamar médio no contexto internacional – cerca de 2.500 dólares anuais em 2003 -, urbano e de economia quase totalmente monetizada, o bem-estar das pessoas está estreitamente vinculado ao nível de sua renda familiar.

Esta seção tem como objetivo apresentar a evolução de longo prazo da incidência de pobreza do ponto de vista da renda, portanto utilizando linhas de pobreza como crivo básico.³ Esses parâmetros são utilizados em confronto com os dados de rendimento familiar per capita derivados dos Censos Demográficos e das PNADs a partir de 1981. O Gráfico 1 apresenta a evolução 1970-2002 da proporção de pobres, que é o indicador mais utilizado de pobreza, servindo de referência à análise que virá a seguir.⁴



Mesmo quando se adotam linhas de pobreza compatíveis com a renda e consumo da década de 70, os resultados de incidência de pobreza para o ano de 1970, derivados dos dados de rendimento familiar per capita do Censo Demográfico, mostram um país essencialmente pobre, já que a proporção de pobres na população total chegava a 68,4%, ou 61,1 milhões de pessoas. A pobreza brasileira era preponderantemente rural – pouco mais da metade dos pobres vivia em área rural (51,5%), o que não fica longe de se coadunar com a realidade demográfica do país: 45% da população brasileira eram residentes rurais, embora o país já estivesse num processo de urbanização acelerada. Vale destacar que as metrópoles, áreas de irradiação das transformações sociais, econômicas e culturais por que passava o país, e focos de atração para os grandes contingentes de migrantes rurais, eram elas próprias, áreas de elevada concentração de pobreza, com 53% da sua população sendo pobre. Seu atrativo era o dinamismo, assim como a conseqüente alta mobilidade econômica e social, que contrastavam com a estagnação e o isolamento das áreas rurais mais pobres. Em contrapartida, onde a pobreza era mais crítica, como na área rural do Nordeste, a

³ Ver as Linhas de Pobreza relativas a 1970 e 2002 no Anexo 1. Para maiores detalhes, consultar Rocha, 1987.

⁴ Embora o texto aqui se refira apenas à evolução da proporção de pobres, no Anexo 2 são apresentados, além das proporções para o Brasil e estratos de residência para todo o período 1970-2002, também os demais indicadores habituais de pobreza enquanto insuficiência de renda para áreas selecionadas em 1970 e 2002.

proporção de pobres chegava a 90% da população, sendo que a maioria da população ativa tinha renda zero, isto é, vivia em condições de uma economia de subsistência fora do circuito monetário. Em consequência os pobres rurais nordestinos eram mais intensamente pobres: é sintomático que a razão do hiato⁵ relativa aos pobres rurais nordestinos era de 0,61, em flagrante desvantagem em relação, por exemplo, a de 0,50 verificada nas metrópoles.

O excepcional crescimento econômico durante a década de 70 – o PIB cresceu a taxa média anual de 8,6% ao ano - permitiu aumentos generalizados de rendimentos. Não é surpreendente que a redução da pobreza absoluta ao longo da década tenha sido tão significativa a ponto de ocorrer não somente queda da proporção de pobres (de 68% em 1970 para 35% em 1980), mas também a redução no número absoluto de pobres (de 61,1 milhões para 41,3 milhões), apesar de o crescimento demográfico ter se situado no patamar elevado de 2,5% ao ano. Como, para a década de 70, não se dispõe das PNADs para estabelecer estimativas anuais de pobreza, tal como foi feito para o período a partir de 1981, foram utilizados apenas os dados dos Censos Demográficos de 1970 e 1980 para os anos extremos deste período. A comparação de resultados revela uma queda da proporção de pobres a pouco mais da metade em dez anos (Gráfico 1), acompanhada do declínio também da razão do hiato de 53% para 43%. A respeito desses resultados cabe observar que:

a) ao aumento da renda corresponderam efeitos concentradores já conhecidos, aumentando a desigualdade de rendimento entre os indivíduos. Quando se utiliza o crivo pobres *versus* não-pobres, o aumento da desigualdade entre os dois grupos fica evidente pela evolução das respectivas rendas médias⁶: a dos não-pobres, que em 1970 equivalia a 2,83 a dos pobres, em 1970, passa a 5,20, em 1980. Caso os frutos do crescimento tivessem sido repartidos de forma equânime, isto é, se o crescimento da renda tivesse sido neutro do ponto de vista distributivo,⁷ teria sido possível obter uma redução ainda mais acentuada da pobreza absoluta do que aquela já excepcional que foi verificada. Assim, enquanto aumentou a renda de forma generalizada, o que diminuiu drasticamente a incidência de pobreza, agravou-se a já elevada desigualdade de renda entre pessoas pelo fato de os maiores ganhos ocorrerem dentre aqueles que detinham as rendas relativamente mais altas.⁸

b) os ganhos de renda foram mais acentuados nas áreas urbanas – metropolitanas e não metropolitanas – do que nas rurais em função das características do crescimento econômico centrado na indústria de transformação. Neste sentido, o diferencial entre áreas se agrava, em particular entre as metrópoles mais dinâmicas, como São Paulo e Rio de Janeiro, e as áreas mais rurais mais pobres, no Nordeste e em Minas Gerais. Aumentam, assim, os desequilíbrios entre o urbano e o rural durante o período de crescimento econômico forte.

Em relação à evolução verificada no período 1970-80, cabe fazer um alerta de caráter metodológico. Embora o crescimento da renda e a redução da pobreza durante a década de 70 sejam inequívocos, os aperfeiçoamentos introduzidos no Censo de 1980 permitiram melhor captar os

⁵ A razão do hiato é um indicador de intensidade da pobreza, pois mede a distância relativa que separa a renda dos pobres do valor mínimo desejado, a linha de pobreza. É expressa por $H = (Z - Y)/Z$ onde Z é a linha de pobreza e Y a renda média dos pobres.

⁶ Renda familiar per capita.

⁷ Segundo Bonelli e Ramos (1993) o índice de Gini passou de 0,56 em 1970 para 0,59 em 1980.

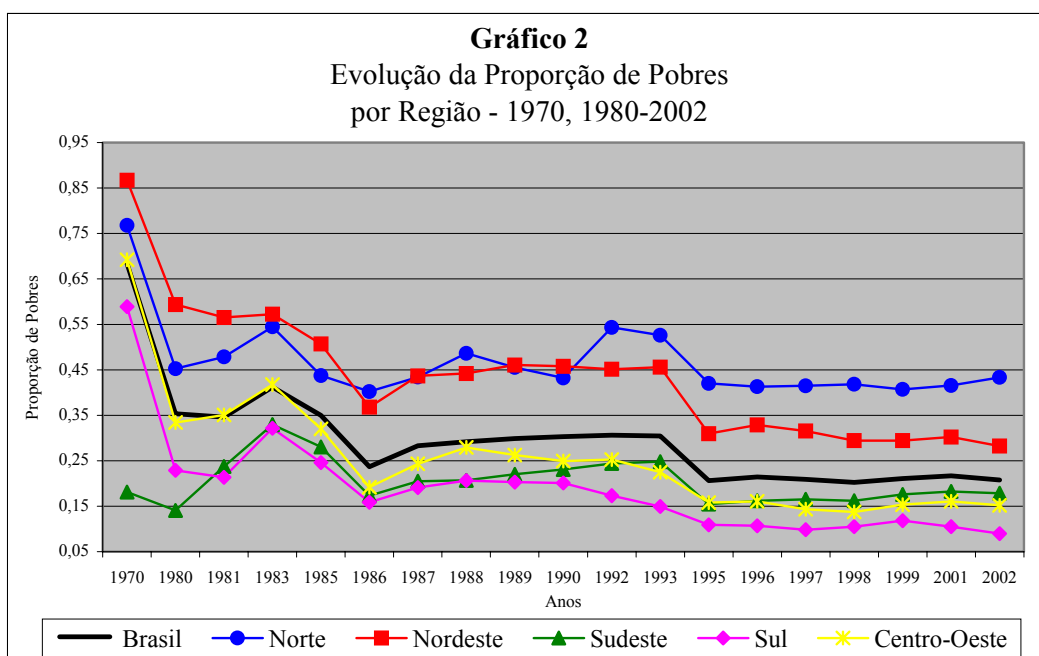
⁸ O truncamento da renda durante o processamento do Censo de 1970 no valor de Cr\$ 9998, equivalente a US\$ 2167 da época, é pouco conhecido. A utilização da distribuição truncada para fins de mensuração da desigualdade de renda tem, naturalmente, o efeito de mascarar os níveis reais de desigualdade naquele ano, e em consequência, sugerir uma evolução entre 1970-1980 mais adversa do que aquela que realmente ocorreu.

rendimentos⁹, certamente superestimando em alguma medida tanto o aumento da renda, como, especificamente, a redução da pobreza na década.

A importância do período 1970-1980 nesta análise se justifica pela ocorrência da mais acentuada dentre as três quedas marcantes da pobreza brasileira em mais de trinta anos, mesmo levando em conta a restrição relativa à mensuração da renda referida no parágrafo anterior. O resultado medido aqui com base nos anos extremos da década se deu, provavelmente, em função de um processo mais ou menos contínuo ao longo do período, acompanhando o excelente desempenho do PIB. Como se verá a seguir, as duas outras quedas importantes da pobreza após 1970 ocorreram, ao contrário, como eventos pontuais, resultantes de processos combinados de estancamento da inflação e crescimento econômico.

Como existe correlação entre crescimento do PIB e redução da pobreza absoluta, a crise econômica do início dos anos 80 causou forte agravamento da pobreza – a proporção de pobres se elevou, atingindo um pico de 41%. No entanto, foi seguida pela recuperação econômica e pelo Plano Cruzado, que levou a uma queda drástica e pontual da proporção de pobres – 23,7% em 1986 (ver Gráfico 1 e 2). Os efeitos do Plano Cruzado sobre os preços e sobre a renda foram de curta duração, de modo que já em 1987, com a nova aceleração inflacionária, os ganhos em termos de redução da pobreza já tinham sido em boa parte revertidos. A proporção de pobres se agrava de forma moderada, mas contínua, no final da década, se estabilizando em 30% entre 1989 e 1993. Esses resultados nacionais de incidência de pobreza encobrem efeitos mais desfavoráveis nas áreas modernas do Centro-Sul, as mais atingidas pela reestruturação do setor industrial que fica claramente caracterizada desde o final dos anos 80. O Gráfico 2 permite visualizar como, não somente as crises econômicas, mas as oscilações conjunturais de maneira geral, afetam de forma mais acentuada a incidência de pobreza no Centro-Sul, enquanto o Nordeste, a região pobre por excelência, responde de forma atenuada devido ao grande contingente de pobres que se situam estruturalmente fora do mercado e dos circuitos monetários.

⁹ A renda pessoal de cada um dos membros solidários da família é o ponto de partida para a construção da renda familiar. Em 1970, embora tenha sido investigada a renda percebida por cada indivíduo de forma abrangente - considerando rendimentos fixos, variáveis ou esporádicos, oriundos do trabalho, aposentadoria, aluguéis, seguros, e mesmo redução de ativo, etc. -, foi registrada no questionário apenas uma única informação relativa à renda média mensal (variável 119). Devido ao pouco destaque do item e provavelmente às dificuldades de coleta, é muito frequente no Censo de 1970 a ocorrência de renda *missing*, principalmente para aqueles cuja condição na família não era a de chefe. Em consequência parece seguro afirmar que a cobertura do rendimento em 1970 é menos abrangente do que a de 1980, quando a renda pessoal de diferentes origens foi investigada através de sete quesitos distintos. É importante destacar ainda que o valor único do quesito renda de 1970 foi truncado em 9998 para declarações superiores a esta cifra. Para que se tenha uma ordem de grandeza, este limite superior correspondia a 2.167 dólares, afetando, portanto, os indicadores de rendimento obtidos para os não-pobres naquele ano.



Em função das oscilações econômicas conjunturais, a renda per capita ficou praticamente estável entre 1981 e 1990 -,¹⁰ de modo que os resultados em termos de incidência de pobreza só não foram piores devido à redução do ritmo de crescimento populacional, que declinou de 2,34%aa nos anos 70 para 2,12%aa nos anos 80. Com base nos resultados para 1981 e 1990, verifica-se que o número de pobres no país pouco se alterou, embora a proporção de pobres tenha se reduzido de 34% para 30% (Gráfico 1). Isto ocorreu em parte, devido aos resultados para o Nordeste, que, em 1981, atravessava um período de seca, o que contribuiu para tornar os resultados de 1990 relativamente mais favoráveis (Gráfico 2).

Estes resultados para a década de 80 contrariaram a sensação de empobrecimento da nação após a chamada *década perdida*. Esta sensação pode ser em parte imputada ao estancamento do processo de melhoria da renda e de forte mobilidade social, que vinha ocorrendo desde o final da Segunda Guerra, de par com a urbanização e a modernização do país. O impacto do *stop and go* da economia, especialmente adverso sobre as metrópoles das regiões mais dinâmicas do país, e, por isso muito divulgado, afetou a todos de forma direta ou indireta, tanto devido ao comportamento da renda, como pela clara redução do investimento público na área social. No entanto, face à conjuntura econômica adversa, as áreas rurais reduziram a sua desvantagem em relação às urbanas e metropolitanas (Gráfico 1).

As características da década de 80 se prolongam no início da década de 90, até que as condições macroeconômicas do país se alteraram radicalmente com o Plano Real de julho de 1994, que reduziu drasticamente as taxas de inflação.¹¹ Os dados relativos a 1995¹² revelam mudanças significativas no que concerne ao aumento do nível de renda e melhoria da distribuição do rendimento. Embora o rendimento médio tenha apresentado um ganho médio real de 28% entre

¹⁰ Respectivamente R\$ 5.918 e R\$ 6.087 a preços de 2000.

¹¹ Na verdade, o início da retomada econômica já vinha ocorrendo desde 1993, mas o Plano Real foi o grande divisor de águas: a taxa de inflação mensal, que atingia 48% ao mês em junho de 1994, foi reduzida para 22% ao ano em 1995, declinando de forma contínua até o final de 1998.

¹² Excepcionalmente, a PNAD não se realizou em 1994, o que obriga que se utilizem hoje os resultados de 1993 e 1995 para avaliar os impactos do Plano Real.

1993 e 1995, estes ganhos ocorreram, excepcionalmente, de forma muito mais acentuada na base da distribuição, em detrimento das faixas de renda mais elevadas. Assim, no décimo mais baixo da distribuição, o rendimento médio real dobrou o valor no período, de R\$ 24 em 1993, para R\$ 48 em 1995 (preços de setembro de 1995). No segundo décimo da distribuição, os ganhos também foram importantes, apresentando um aumento de 47% no mesmo período. Essa evolução excepcionalmente favorável dos rendimentos na base da distribuição se explica por três fatores.

O primeiro fator foi a *âncora verde*, em referência ao comportamento moderado dos preços alimentares, que favoreceu aos mais pobres, devido à ponderação maior dos produtos do grupo alimentação na sua estrutura de despesa. O segundo fator que contribuiu para a melhoria maior da renda real na base da distribuição foi a elevação relativamente mais acentuada dos preços dos *non-tradeables*, os quais, face a demanda crescente, não foram postos em cheque pela possibilidade de importação substitutiva, viabilizada pela abertura econômica. Assim, a evolução dos preços relativos afetou positivamente o rendimento dos trabalhadores dos setores de comércio e serviços, em particular daqueles recebendo rendimentos baixos, beneficiados mais intensamente pelo “efeito riqueza” associado ao estancamento do processo inflacionário. Finalmente como terceiro fator, há o aumento do salário mínimo em 42% em maio de 1995, com impacto direto sobre os benefícios previdenciários e assistenciais.¹³

O aumento acentuado dos rendimentos na base da distribuição teve efeitos diretos sobre a redução da pobreza absoluta: a proporção de pobres passou de 30,4% (43,2 milhões de pessoas) em 1993, para a 20,6% (30,4 milhões de pessoas) em 1995. O fenômeno geral, pois afetando todos os estratos de residência e regiões (Gráfico 1 e 2), e foram mais favoráveis que os resultados de 1986, após o Plano Cruzado. Ademais, enquanto a redução da pobreza após o Plano Cruzado teve pouca duração, o Plano Real definiu um novo patamar da proporção de pobres em torno de 20% que se mantém até o final do período.¹⁴

Apesar de todos os percalços que impediram um crescimento sustentado da renda desde então, os indicadores de pobreza em 2002 se apresentaram muito mais favoráveis do que os imediatamente anteriores ao Plano Real. É importante observar que a inflexão pronunciada de todos os indicadores de pobreza, assim como sua estabilização num novo patamar, encobre pelo menos duas evoluções distintas: piora relativa da pobreza metropolitana e melhoria relativa da pobreza nas áreas rurais.

Um balanço da pobreza enquanto insuficiência de renda no Brasil no período em análise evidencia que a incidência de pobreza caiu de forma significativa – a proporção declinando de 68,4% em 1970, para 20,7% em 2002. Naturalmente os efeitos poderiam ter sido mais favoráveis, e, em particular, em função do volume de riqueza produzida no país, a pobreza enquanto insuficiência de renda poderia, teoricamente, ter sido erradicada. Na verdade a persistência da pobreza absoluta está associada ao elevado nível de desigualdade na distribuição de rendimento. Neste sentido é impressionante verificar que o hiato da renda, isto é, o valor agregado da diferença entre a renda dos pobres e a linha de pobreza, representa hoje um percentual tão baixo do PIB – 1,16% em 2002. Cabe observar ainda que este percentual se reduziu sensivelmente ao longo do período em análise, já que se situava em 12,8% do PIB em 1970, o que evidencia as condições cada vez mais confortáveis da sociedade brasileira para combater a pobreza absoluta. Visto de outra maneira,

¹³ O impacto do salário mínimo sobre os rendimentos médios do trabalho foram amortecidos, na medida que esses rendimentos já vinham aumentando espontaneamente e de forma sustentada em função do aquecimento da economia que se iniciou com a implementação do Plano Real.

¹⁴ É importante lembrar que estas proporções têm quem ser vistas na perspectiva da comparação de longo prazo, privilegiada neste texto. Para indicadores de pobreza desde o início da década de 90 utilizando linhas de pobreza alternativas, ver Rocha (2003), cap. 5.

trazer a renda de todos os pobres brasileiros ao nível da linha de pobreza em 2002, corresponderia a apenas R\$ 93,28/ano para cada indivíduo não-pobre. Naturalmente, trata-se tão somente de um cálculo teórico, já que a realização de transferências de renda para atingir este objetivo – tanto a obtenção dos recursos necessários, como a focalização dos beneficiários –, enfrenta obstáculos enormes. Apesar das dificuldades, a série de programas de transferência de renda criados desde a segunda metade da década de 90 - dentre os quais Bolsa-Família, criado em outubro de 2003, é o mais recente – devem ser vistos, juntamente com os benefícios previdenciários, como mecanismos que viabilizaram a estabilização dos índices de pobreza face à evolução adversa do mercado de trabalho no final do período analisado.

A mudança da incidência de pobreza entre 1970 e 2002 não se limita à redução drástica dos indicadores nacionais, mas a mudanças na espacialização da pobreza. Tendo como pano de fundo a queda da proporção e do número de pobres entre 1970 e 2002, as informações da Tabela 1 permitem visualizar como a distribuição da pobreza se alterou e em que medida este fenômeno esteve vinculado a mudanças na espacialização da população total.

Tabela 1
Participação na Pobreza e na População Brasileira
Regiões e Estratos - 1970 e 2002

| Brasil, Regiões e Estratos | 1970 | | | 2002 | | |
|----------------------------|------------------|------------|--------|------------------|------------|--------|
| | Participação (%) | | | Participação (%) | | |
| | Pobres | População* | Desvio | Pobres | População* | Desvio |
| Norte** | 4,37 | 3,90 | 0,47 | 11,93 | 5,71 | 6,22 |
| Nordeste | 38,54 | 30,37 | 8,17 | 39,06 | 28,69 | 10,38 |
| Nordeste Rural | 23,58 | 17,9 | 5,68 | 10,76 | 8,30 | 2,46 |
| Sudeste exc. São Paulo | 21,96 | 23,63 | -1,67 | 17,58 | 21,19 | -3,61 |
| São Paulo | 14,3 | 18,88 | -4,59 | 19,64 | 22,13 | -2,49 |
| Sul | 15,35 | 17,81 | -2,46 | 6,57 | 15,16 | -8,58 |
| Centro-Oeste | 5,48 | 5,41 | 0,07 | 5,22 | 7,12 | -1,90 |
| Metropolitano | 18,77 | 24,11 | -5,33 | 36,90 | 31,27 | 5,63 |
| Urbano | 29,74 | 31,14 | -1,41 | 48,62 | 53,96 | -5,34 |
| Rural | 51,49 | 44,75 | 6,74 | 14,48 | 14,77 | -0,29 |
| Brasil | 100,0 | 100,0 | - | 100,0 | 100,0 | - |

Fonte: A partir de micro-dados da PNAD e do Censo Demográfico/IBGE.

* Corresponde ao total de pobres e não-pobres, excluindo, portanto, os indivíduos em famílias sem informação de renda.

** Exclui área rural em 2002.

Quanto ao aspecto regional, verifica-se, depois de mais de trinta anos, que o Nordeste, a região mais pobre do país, manteve praticamente a mesma participação no número de pobres no Brasil (38,5% em 1970; 39,0% em 2002). Na verdade, no contexto brasileiro, o Nordeste empobreceu, já que o desvio entre a sua participação na pobreza e na população total brasileira aumentou no período, embora tenha havido uma melhoria na área rural. Em posição diametralmente oposta ao Nordeste em 1970, São Paulo também empobreceu no período estudado, mas esta evolução foi acompanhada por um forte aumento de população, inclusive atraindo de forma continuada migrantes pobres do resto do país. Sudeste e Sul terminam o período com uma situação mais favorável do que em 1970, o que certamente está vinculado não só a características da evolução econômica, mas a um

crescimento demográfico mais moderado do que o de São Paulo, por exemplo. As regiões de fronteira, Norte e Centro-Oeste, tiveram comportamentos diferenciados. Embora ambos mantenham participações relativamente restritas na população nacional, o Centro-Oeste cresceu e enriqueceu, na esteira de um processo sustentado de modernização agrícola e integração de vertical de cadeias produtivas. O Norte, ao contrário, empobreceu: o aumento de sua participação na população brasileira se deu em parte devido a movimentos migratórios motivados por atividades sem sustentabilidade e/ou com efeitos multiplicadores pequenos sobre emprego e renda.

Foi nas áreas rurais, onde os indicadores eram bem mais adversos em 1970, que ocorreram as maiores quedas da pobreza absoluta. Como resultado, ao final do período, são bem estreitos os diferenciais em termos de proporções de pobres em áreas urbanas, rurais e metropolitanas consideradas agregadamente, observando-se, inclusive, modificação das posições relativas, refletindo a redução da pobreza rural e o agravamento da pobreza metropolitana (Gráfico 1, Tabela 1 e Anexo 2). Observa-se em particular, que foi atingindo um certo equilíbrio entre participação das áreas rurais na pobreza e na população total - em torno de 14,5% -, pelo menos quando se enfoca a questão do ponto de vista do número de pobres.¹⁵ Esta redução mais acentuada da incidência da pobreza rural se deve em grande parte à universalização da previdência social e à crescente cobertura de benefícios assistenciais, inclusive aqueles associados aos programas de transferência de renda criados na virada do século. O valor desses benefícios, preponderantemente pagos pelo governo federal e com valor fixado nacionalmente, tem impactos maiores sobre a pobreza nas áreas rurais, onde os custo de vida é mais baixo.¹⁶

Por outro lado, ocorreu no final do período em estudo uma nova onda de metropolização da pobreza, muito vinculada ao peso relativo da pobreza na metrópole paulista. Como maior núcleo gerador de renda no país, São Paulo continua a exercer forte atratividade migratória. Ademais, cabe ressaltar que são as áreas mais dinâmicas aquelas mais afetadas adversamente em períodos de conjuntura adversa e baixo crescimento econômico. Pode-se observar que, em 2002, a situação das metrópoles em relação à pobreza se inverteu em relação a que ocorria em 1970, passando a ter uma participação na pobreza brasileira bem superior à sua participação populacional, respectivamente 37,0% e 31,3% (Tabela 1). O agravamento relativo da pobreza metropolitana tem implicações sérias em função do contexto de desigualdade explosiva em que ocorre. Finalmente, cabe destacar que é o empobrecimento metropolitano e a desestruturação do tecido urbano onde ocorre, que são responsáveis pela percepção de que a pobreza brasileira vem se agravando, quando, na verdade, houve melhorias importantes nos últimos trinta anos.

Mudanças na Formação da Renda dos Pobres

Os resultados de pobreza apresentados até aqui se vinculam à formação da renda familiar - que depende preponderantemente do mercado de trabalho, mas também de outros rendimentos, como as transferências previdenciárias e assistenciais - e à sua repartição no âmbito da família. Esta seção vai apresentar uma visão impressionista das mudanças estruturais que ocorreram no mercado de trabalho brasileiro e na formação da renda dos pobres entre 1981 e 2001 sob um enfoque estático-comparativo.

A renda do trabalho é o determinante principal do status de pobre/não-pobre das famílias, seja como renda presente ou diferida através de mecanismos previdenciários. As transferências

¹⁵ Na verdade, no final do período, os pobres rurais são também menos intensamente pobres que os metropolitanos, invertendo também os resultados em relação à razão do hiato de renda que se verificava em 1970 (ver Anexo 2).

¹⁶ Diferenças de custo de vida entre áreas e regiões são levados em conta na estimação da pobreza através de valores diferenciados para as linhas de pobreza (ver Anexo 1).

compensatórias, tais como os benefícios assistenciais, objetivam na verdade remediar situações de renda insuficiente, vinculadas a problemas presentes ou pretéritos de inserção no mercado de trabalho.

O mercado de trabalho brasileiro se alterou radicalmente nestes vinte anos, acompanhando determinantes de natureza econômica e influenciado por fatores institucionais. Esquemáticamente, pode-se afirmar que a situação que se tem hoje resulta de mudanças tendenciais na ocupação e mudanças episódicas nos rendimentos. Em ambos os casos, os pobres são atingidos no mesmo sentido que os não-pobres, mas sua posição como ponto de partida é naturalmente sempre mais adversa e os ajustes que vem ocorrendo desde o final da década de oitenta têm um efeito desfavorável mais acentuado sobre eles.¹⁷ A esse respeito, a exceção mais notável foi o comportamento da renda após a estabilização de 1994, quando os aqueles na base da distribuição dos rendimentos foram, reconhecidamente, os maiores beneficiários.

As mudanças estruturais mais significativas no mercado de trabalho foram:

a) aumento da taxa de atividade, impulsionada pela forte entrada das mulheres e amortecida pela redução do trabalho infantil, ambos os fatores associados a mudanças demográficas e culturais, além de reforçados pelo fenômeno da urbanização. A entrada das mulheres no mercado de trabalho está ligada à redução acentuada da taxa de fecundidade, às oscilações conjunturais - que episodicamente “forçam” os trabalhadores secundários a se inserirem no mercado de trabalho, para compensar a queda da renda do chefe -, e ao efeito demonstração do comportamento das classes de renda mais altas, onde a taxa de atividade feminina é mais elevada. Em relação ao trabalho infantil, ocorre talvez a mais óbvia melhoria para os pobres considerando a evolução do mercado de trabalho brasileiro no longo prazo: uma redução drástica da proporção de crianças que trabalham, o que decorre da urbanização, da universalização do acesso à escola e das políticas públicas de proteção à criança.¹⁸ Na Tabela 2 fica evidente que os efeitos foram generalizados, mas beneficiaram especialmente os pobres.

b) tendência à informalização das relações de trabalho, que pode ser vista por dois ângulos complementares: a redução do emprego em geral e a redução do emprego com carteira assinada em particular, cuja contrapartida é o aumento dos trabalhadores por conta-própria que não contribuem para a previdência social. Embora em nível nacional observem-se evoluções distintas – formalização na área rural e informalização na urbana –, para os pobres ocorre agravamento indiscriminado a partir de patamares já adversos. Este agravamento é mais notável nas áreas metropolitanas, onde a taxa de informalidade no emprego passa de cerca de 33,1% em 1981, para mais da 52,0% em 2001. Para os pobres na área rural, significou a manutenção das taxas de informalidade elevadíssimas - em torno de 89% - já que os maiores contingentes de pobres rurais estão no Nordeste, onde a modernização agrícola não ocorreu e onde continua preponderando a agricultura familiar de subsistência.

¹⁷ Cabe lembrar o que se disse na introdução: como a proporção de pobres se reduziu ao longo do período analisado, a comparação de características de inserção no mercado de trabalho se refere a um contingente de pobres que, no final do período, se encontram mais concentrados na base da distribuição, portanto em situação relativamente mais adversa do que em 1970.

¹⁸ Incluem-se aqui a fiscalização do Ministério do Trabalho, as políticas de transferência de renda voltadas originalmente para a erradicação do trabalho penoso, e os programas de transferência de renda de diferentes níveis de governo nos moldes da Bolsa-Escola.

Tabela 2
Características do Trabalho Infantil, segundo Condição - 1981 e 2001

| Categorias | Pobre | | Não-Pobre | | Total* | |
|--|-------|-------|-----------|--------|--------|--------|
| | 1981 | 2001 | 1981 | 2001 | 1981 | 2001 |
| Total de crianças (mil) | 5.516 | 4.858 | 7.417 | 11.488 | 12.933 | 16.346 |
| a) Trabalho x Escola (%) | | | | | | |
| Nem estuda nem trabalha | 6,4 | 4,5 | 2,7 | 2,1 | 4,3 | 2,8 |
| Só trabalha | 12,5 | 1,1 | 10,0 | 0,9 | 11,1 | 1,0 |
| Estuda e trabalha | 9,3 | 10,7 | 8,7 | 9,0 | 9,0 | 9,5 |
| Só Estuda | 71,8 | 83,7 | 78,6 | 88,0 | 75,6 | 86,7 |
| b) Horas Trabalhadas por Semana (%) | | | | | | |
| Até 15 horas | 3,4 | 30,4 | 2,6 | 29,8 | 3,0 | 30,0 |
| De 16 a 30 horas | 41,5 | 53,3 | 31,5 | 51,1 | 36,1 | 51,9 |
| Mais de 30 horas | 55,1 | 16,3 | 65,9 | 19,1 | 60,9 | 18,1 |

Fonte: A partir de micro-dados da PNAD/IBGE.

*Corresponde a pobres mais não-pobres, isto é, exclui os indivíduos com informação *missing* para renda familiar.

c) terceirização da ocupação, que resultou da redução relativa da mão de obra ocupada na agricultura, construção civil e na indústria de transformação, e concomitante aumento da ocupação nos setores de comércio e serviços. O número de pobres ocupados em atividades agrícolas se reduz de forma relativamente moderada e em claro descompasso com o processo de modernização agrícola por que passou o país. Este fato se vincula aos bolsões de pobreza rural do Nordeste, já que os pobres rurais da região Sul são pouco significativos numericamente em nível nacional. A perda de dinamismo da construção civil, que, tradicionalmente, absorvia muitos dos migrantes pobres com baixa qualificação, prejudicou o funcionamento do mecanismo de inserção produtiva, social e econômica deles no meio urbano, ao mesmo tempo em que a indústria de transformação deixou de ser a criadora dos “melhores empregos”.¹⁹ O terciário abriga hoje tanto trabalhadores mais qualificados e bem pagos – profissionais liberais e consultores em geral –, como o amplo contingente (43%) de trabalhadores pobres urbanos com baixa qualificação, freqüentemente sub-ocupados em atividades de baixa produtividade e com baixo rendimento.

d) aumento do desemprego aberto, que se vincula diretamente à elevação da taxa de atividade, à urbanização e aos ajustes do mercado de trabalho. O aumento da taxa de desemprego dos pobres metropolitanos chega a triplicar no período, sendo crítica a associação entre baixa qualificação e dificuldades de inserção no mercado de trabalho para jovens pobres. Vale destacar que, crescentemente, o subemprego dos pobres, particularmente em área rural, se transforma em desemprego aberto em função das mudanças estruturais ligadas à urbanização, assim como aquelas na esfera produtiva. Como resultado, aumenta a desvantagem relativa dos pobres quanto à taxa de desemprego.

¹⁹ Principalmente para os níveis de qualificação mais baixos, a indústria de transformação era a fonte dos “melhores empregos”, isto é, onde o trabalhador obtinha ocupação formal com maiores rendimentos e rede de benefícios mais ampla.

Tabela 3
Indicadores Seleccionados de Mercado de Trabalho
Pobres, Não-Pobres e Total - 1981 e 2001

| Categorias | Pobre | | Não-Pobre | | Total* | |
|------------------------------------|-------|------|-----------|------|--------|------|
| | 1981 | 2001 | 1981 | 2001 | 1981 | 2001 |
| Tx. de Atividade (%) | | | | | | |
| Total | 29,5 | 33,3 | 45,1 | 51,4 | 39,8 | 47,5 |
| Feminina | 16,6 | 25,5 | 28,9 | 41,3 | 24,7 | 37,8 |
| Masculina | 42,8 | 41,9 | 61,2 | 61,9 | 55,1 | 57,7 |
| Tx de Informalidade do Emprego (%) | | | | | | |
| Total | 60,0 | 66,2 | 29,8 | 35,7 | 36,0 | 38,9 |
| Metropolitana | 33,1 | 52,0 | 15,8 | 28,2 | 18,8 | 31,2 |
| Urbana | 61,5 | 74,1 | 29,2 | 35,8 | 35,7 | 39,3 |
| Rural | 89,6 | 88,3 | 66,0 | 61,9 | 73,1 | 64,6 |
| Ocupação por Setor (%) | | | | | | |
| Agricultura | 44,9 | 37,0 | 24,2 | 18,4 | 29,2 | 20,8 |
| Indústria de Transformação | 9,9 | 8,5 | 16,7 | 13,0 | 15,0 | 12,4 |
| Construção Civil | 11,1 | 8,3 | 7,1 | 6,3 | 8,1 | 6,5 |
| Outras Ind., Comércio e Serv. | 31,2 | 43,5 | 44,1 | 55,2 | 41,0 | 53,7 |
| Administração Pública | 2,1 | 1,5 | 4,6 | 5,3 | 4,0 | 4,8 |
| Outras | 0,7 | 1,1 | 3,3 | 1,9 | 2,7 | 1,8 |
| Tx. de Desemprego (%) | | | | | | |
| Total | 6,1 | 25,6 | 3,0 | 7,1 | 3,8 | 9,9 |
| Metropolitano | 11,9 | 33,4 | 4,3 | 9,2 | 5,7 | 13,3 |
| Urbano | 8,0 | 28,3 | 3,3 | 7,4 | 4,3 | 10,1 |
| Rural | 1,0 | 4,8 | 0,6 | 2,1 | 0,8 | 2,6 |

Fonte: A partir de micro-dados da PNAD/IBGE.

*Corresponde a pobres mais não-pobres, isto é, exclui os indivíduos com informação *missing* para renda familiar.

A Tabela 3 apresenta alguns indicadores com o objetivo de evidenciar a intensidade dos efeitos das mudanças do mercado de trabalho sobre pobres e não-pobres no período 1981-2001.

Não há dúvida que a evolução adversa do mercado de trabalho nos últimos 20 anos penalizou de forma mais acentuada os pobres. Como o processo de modernização da economia iniciado não se completou, aos vícios antigos de economia pré-industrial, onde eram patentes as desvantagens relativas dos pobres, se juntaram os problemas decorrentes da reestruturação produtiva desde final da década de oitenta, que deram um novo impulso à informalização das relações de trabalho e levaram um aumento da taxa de desemprego aberto.

O efeito desta evolução adversa do mercado de trabalho sobre os indicadores de pobreza apresentados na seção 2 se dá de forma amortecida: a variável utilizada como referência é a renda, que não é uma *proxy* perfeita do nível de bem-estar, muito menos em condições de mudanças estruturais importantes, como as que ocorreram no período. Assim, se a queda dos rendimentos obriga à entrada no mercado de trabalho de trabalhadores secundários para a manutenção do mesmo de nível da renda familiar, os indicadores de pobreza podem não ser afetados, mas é provável que ocorra queda não medida do bem-estar familiar. Da mesma forma, pode-se argumentar que para

cada trabalhador ocupado, a forma de inserção no mercado de trabalho, que se vincula a aspectos como posição na ocupação e duração da jornada de trabalho, podem estar associados ao mesmo rendimento, mas a diferentes níveis de bem-estar. Neste sentido, enquanto para aqueles protegidos por patrimônio e educação, a crescente *flexibilização* do mercado de trabalho pode trazer riscos, mas também benefícios, para os mais pobres o fator de insegurança é, sem dúvida, preponderante: a informalização crescente, mesmo quando ocorre com rendimento constante, representa perda de bem-estar na maioria das vezes.

Tabela 4
Proporção de Trabalhadores Contribuintes da Previdência Social,
segundo Condição e Áreas Selecionadas - 1981 e 2001 (%)

| Condição | 1981 | 2001 |
|-------------------|--------------|--------------|
| Total* | 50,02 | 47,16 |
| Não Pobres | 57,60 | 51,04 |
| Metropolitano | 78,68 | 62,51 |
| Urbano | 64,93 | 54,15 |
| Rural | 17,56 | 18,85 |
| São Paulo Urbano | 71,06 | 65,72 |
| Pobres | 26,46 | 20,00 |
| Metropolitano | 56,94 | 35,87 |
| Urbano | 32,36 | 17,83 |
| Rural | 4,96 | 3,06 |
| Nordeste Rural | 4,57 | 1,82 |

Fonte: A partir de micro-dados da PNAD/IBGE.

*Corresponde a pobres mais não-pobres, isto é, exclui os indivíduos com informação *missing* para renda familiar.

A proteção previdenciária é exemplar a este respeito. O balanço do período 1981-2001 evidencia claramente um retrocesso: a proporção de trabalhadores contribuintes da previdência²⁰ declina de forma acentuada tanto para pobres como não pobres em praticamente todos os contextos. Como pode ser visto na Tabela 4, globalmente a proporção de contribuintes declina de 50,0% para 47,2% – o que em ambos os casos é um resultado muito insatisfatório. Dentre os pobres, os resultados são alarmantes – queda de 26,5% em 1981 para 20% em 2001 – sendo que dentre os pobres rurais nordestinos a cobertura previdenciária é praticamente nula.

Vale ressaltar que, além das condições adversas do mercado de trabalho, contribuiu para a queda do contingente de contribuintes a percepção pelos trabalhadores de que não vale a pena a filiação à previdência oficial: para os trabalhadores pobres na base da distribuição de rendimentos, a contribuição previdenciária representa um ônus importante,²¹ mas os benefícios previdenciários potenciais têm valor igual aos assistenciais, isto é, tem o valor correspondente a um salário mínimo. O resultado desta incompatibilidade é evidentemente perverso e insustentável do ponto de vista do financiamento do gasto social.

²⁰ Trabalhadores em qualquer posição na ocupação (empregados, empregadores, conta-própria ou mesmo trabalhadores não remunerados).

²¹ Dependendo da condição na ocupação, o desconto para a previdência representa de 8% (empregados) a 20% (trabalhadores por conta própria) do rendimento bruto.

Em função da concessão crescente de benefícios previdenciários independentemente de contribuição progressiva ao sistema, e da criação de novos programas assistenciais de transferência de renda, as rendas que não as do trabalho aumentam sua participação na renda total das famílias.²² Em particular, a Tabela 5 mostra que as rendas previdenciárias aumentaram a participação na renda das famílias de 9,5% em 1981 para 13,0% em 2001. O aumento da participação é bem mais forte dentre os pobres, de 11,1% para 20,0%, o que mostra que, embora o benefício previdenciário nem sempre evite a condição de pobreza da família, certamente reduz a intensidade da pobreza. Especialmente nas áreas rurais, onde o custo de vida é mais baixo, a obtenção de benefícios previdenciários/assistenciais contribui para de forma mais acentuada para a redução da pobreza, como se verificou na seção 2.

Tabela 5
Composição do Rendimento Familiar, segundo Condição (%) - 1981 e 2001

| Origem da Renda | Pobres | | Não Pobres | | Total* | |
|-------------------------|--------|------|------------|------|--------|------|
| | 1981 | 2001 | 1981 | 2001 | 1981 | 2001 |
| Trabalho Principal | 85,6 | 73,3 | 83,5 | 81,4 | 84,1 | 79,9 |
| Outro Trabalho | 1,3 | 3,6 | 2,7 | 0,9 | 2,3 | 1,4 |
| Pensão, Aposentadoria** | 11,1 | 19,8 | 8,9 | 11,5 | 9,5 | 13,0 |
| Aluguel | 0,7 | 1,7 | 2,7 | 0,5 | 2,2 | 0,7 |
| Doação | - | 0,7 | - | 2,4 | - | 2,1 |
| Outros | 1,3 | 0,9 | 2,2 | 3,3 | 1,9 | 2,9 |

Fonte: A partir de micro-dados da PNAD/IBGE.

*Corresponde a pobres mais não-pobres, isto é, exclui os indivíduos com informação *missing* para renda familiar.

** Inclui Abono Permanência.

Como a socialização da renda derivada de aposentadorias e de pensões no âmbito das famílias contribuiu para reduzir a incidência de pobreza em geral, é natural que tenha reduzido mais acentuadamente a pobreza dentre os principais beneficiários diretos desses rendimentos, os indivíduos de 60 anos e mais. A proporção de pobres para esta faixa etária declinou de 23%, em 1981, para 6%, em 2001. Portanto, embora a incidência de pobreza entre os mais idosos seja significativamente mais baixa do que a da média da população brasileira em ambos os anos, respectivamente 33,6% e 22%, a evolução no período foi particularmente favorável aos indivíduos de mais de 60 anos.

²² Isto resulta não só do desempenho adverso do rendimento do trabalho no período pós Real, mas a outros fatores, tais como as mudanças introduzidas pela Constituição de 1988, a ampliação do contingente dos beneficiários da aposentadoria rural, o aumento da abrangência de benefícios assistenciais herdados da década de setenta e à criação de novos programas de transferência de renda.

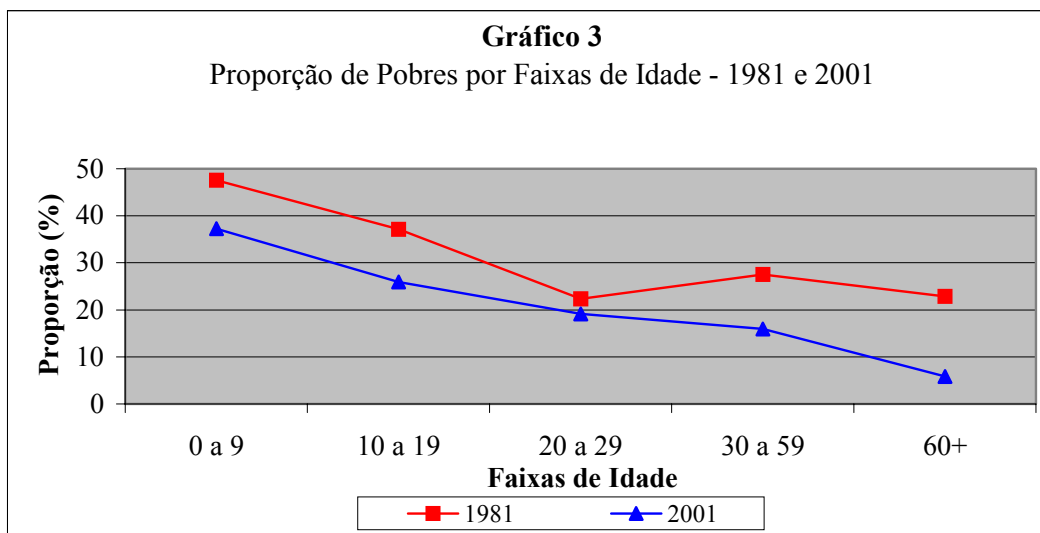
Tabela 6
Incidência de Pobreza por Idade - 1981 e 2001

| Faixa de idade | 1981 | | | 2001 | | |
|----------------|--------------|------------------|---------------|--------------|------------------|---------------|
| | Pobres (mil) | População* (mil) | Proporção (%) | Pobres (mil) | População* (mil) | Proporção (%) |
| 0 a 4 | 7.092 | 15.451 | 45,9 | 5.958 | 15.339 | 38,8 |
| 5 a 7 | 4.351 | 8.757 | 49,7 | 3.507 | 9.689 | 36,2 |
| 8 a 9 | 2.818 | 5.756 | 49,0 | 2.180 | 6.227 | 35,0 |
| 10 a 14 | 6.126 | 14.016 | 43,7 | 4.861 | 16.352 | 29,7 |
| 15 a 19 | 4.034 | 13.331 | 30,3 | 3.766 | 16.924 | 22,3 |
| 20 a 29 | 4.397 | 19.708 | 22,3 | 5.462 | 28.544 | 19,1 |
| 30 a 59 | 8.931 | 32.475 | 27,5 | 9.114 | 57.266 | 15,9 |
| 60+ | 1.734 | 7.597 | 22,8 | 869 | 14.840 | 5,9 |
| Sem declaração | 787 | 2.852 | 27,6 | 2.831 | 10.363 | 27,3 |
| Total | 40.269 | 119.943 | 33,6 | 38.547 | 175.543 | 22,0 |

Fonte: A partir de micro-dados da PNAD/IBGE.

*Corresponde a pobres mais não-pobres, isto é, exclui os indivíduos com informação *missing* para renda familiar.

Esta evolução reforça um dos traços básicos da pobreza no Brasil: a proporção de pobres declina monotonicamente com o aumento da idade dos indivíduos. Este fato se acentuou devido à evolução do mercado de trabalho e às características de formação da renda das famílias. Na medida que os programas de transferência de renda para as famílias com crianças são recentes e o valor dos benefícios substancialmente mais baixos que os de aposentadoria, a vulnerabilidade relativa das famílias com crianças aumentou: a proporção de pobres dentre as crianças ao longo do período declinou menos do que a da população em geral e a dos idosos em particular.



Mudanças nas Condições de Vida dos Pobres

Como se viu, apesar das dificuldades conjunturais ao longo da década de oitenta e após o Plano Real, que inviabilizaram uma redução sustentada e contínua da pobreza no longo prazo, o contingente de pobres se reduziu drasticamente nos últimos 20 anos. Do ponto de vista da renda, este contingente proporcionalmente menor da população total é quase tão intensamente pobre em

1981 quanto em 2002, já que em média sua renda familiar per capita se situa em respectivamente 41% e 44% abaixo da linha de pobreza.²³ No entanto, as condições de vida dos pobres melhoraram em muitos aspectos, mesmo levando em conta que os pobres de 2001 são relativamente mais pobres que os de 1981.²⁴ Por um lado, se tratam de melhorias de acesso em relação a serviços públicos básicos, tais como água, esgoto, eletricidade, escola e atendimento à saúde. Por outro, são mudanças nas condições de conforto do domicílio, vinculadas tanto à própria estrutura do domicílio, como à posse de bens duráveis.

Os dados apresentados a seguir permitem evidenciar que estas mudanças estão estreitamente associadas à urbanização, modernização e expansão da sociedade de consumo. Parte das mudanças - que inclusive permite neutralizar alguns dos efeitos da evolução relativamente desfavorável do mercado de trabalho - está associada a fenômenos demográficos: declinam as taxas de fecundidade e de mortalidade, assim como se altera a estrutura das famílias. Como um dos principais fatores determinantes da pobreza das famílias é a presença de crianças, devido à sua dependência econômica e social,²⁵ a queda da taxa de natalidade contribui para reduzir a pobreza.²⁶ Paralelamente, mudanças de comportamento e laços familiares mais tênues levam ao aumento da participação de famílias uniparentais, que são especialmente vulneráveis à pobreza. A Tabela 7 mostra como essas mudanças demográficas afetaram os pobres. Embora a presença crianças diminua tanto entre as famílias pobres como entre as não-pobres, o número mais elevado de crianças na família permanece uma característica da pobreza. Observa-se ainda a participação crescente das famílias uniparentais dentre as pobres, principalmente nas áreas urbanas, o que está estreitamente vinculado à crescente participação da chefia feminina. Neste sentido, famílias uniparentais com crianças pequenas se apresentam como um alvo prioritário de políticas anti-pobreza.

Tabela 7
Mudança das Características das Famílias, segundo Condição - 1981 e 2001

| Categorias | Pobre | | Não-Pobre | | Total* | |
|---------------------------------|-------|------|-----------|------|--------|------|
| | 1981 | 2001 | 1981 | 2001 | 1981 | 2001 |
| No.Médio de Crianças | 3,16 | 2,15 | 1,48 | 0,95 | 1,93 | 1,17 |
| % de Famílias Uniparentais | 16,4 | 32,2 | 11,5 | 17,3 | 12,9 | 19,9 |
| % de Chefia Feminina | 18,5 | 35,2 | 15,5 | 25,5 | 16,3 | 27,2 |
| Tx. de Dependência ¹ | 0,60 | 0,40 | 0,42 | 0,52 | 0,47 | 0,50 |

Fonte: A partir de micro-dados da PNAD/IBGE.

*Corresponde a pobres mais não-pobres, isto é, exclui os indivíduos com informação *missing* para renda familiar.

¹ Refere-se ao número de crianças e idosos em relação ao total de membros na família.

Embora a insatisfação da população em relação aos serviços públicos básicos seja uma constante nos últimos anos - as queixas referindo-se à cobertura, ao preço e à qualidade, com ênfases

²³ Trata-se aqui de uma referência a razão do hiato de renda que mede a diferença entre a o valor da linha de pobreza (z) e a renda média dos pobres (x) e o valor da linha de pobreza (z) em relação à própria linha de pobreza ($H = (z-x)/z$).

²⁴ Em 2001 são relativamente mais pobres porque se encontram mais concentrados na base da distribuição de renda da população brasileira.

²⁵ Naturalmente a vinculação entre a presença de crianças e a ocorrência de pobreza absoluta ou relativa ocorre na ausência de políticas compensatórias voltadas para as famílias com crianças.

²⁶ Barros (1997) faz estimativas da contribuição da redução do ritmo de crescimento da população sobre a incidência de pobreza.

diferenciadas conforme o serviço -, os progressos na cobertura são evidentes. Esses progressos beneficiaram proporcionalmente mais os pobres, o que resulta no estreitamento do diferencial observado em 1981 entre pobres e não-pobres em relação ao atendimento. Isto se deve a três fatores básicos. Primeiro, ao fato de alguns serviços terem se universalizado nas áreas mais modernas – como é o caso dos serviços de abastecimento de água e de eletricidade em diversas metrópoles, assim como em áreas urbanas e rurais das regiões mais desenvolvidas. Segundo, devido à ênfase dada pelos organismos financiadores internacionais à focalização do atendimento nos mais pobres. Terceiro, devido a cláusulas contratuais de expansão da cobertura dos serviços constantes dos contratos recentes de privatização ou concessão.

Os dados da Tabela 8 evidenciam as melhorias importantes no acesso adequado à água, já que o percentual de pobres atendidos mais do que dobrou nestes 20 anos. Cabe observar que o avanço é especialmente significativo em áreas urbanas e metropolitanas, onde o conceito de adequação implica abastecimento de água tratada por rede geral.²⁷ A esse respeito, é importante notar que, apesar dos problemas críticos de planejamento urbano das metrópoles, que tem levado a uma nova onda de favelização nos últimos anos, o percentual de pobres com água adequada chegou a 83%, o que implica conceitos radicalmente diversos do que seja favela, hoje denominados aglomerados subnormais, nos anos extremos do período. A coleta de lixo apresenta evolução semelhante, exceto nas áreas rurais onde não é necessariamente um serviço essencial.

O acesso a esgoto adequado, apesar de ter apresentado uma evolução até mais favorável que a da água, devido à situação muito adversa em 1981, continua como um serviço de cobertura criticamente insuficiente: permanece o descompasso em relação ao abastecimento de água, assim como o diferencial entre pobres e não-pobres. Embora a falta do serviço tenha um efeito mais perverso sobre os pobres, não se trata de um problema restrito a eles: os índices de acesso são desastrosamente baixos tanto para pobres como não-pobres, mesmo nas áreas metropolitanas, onde as características de densidade demográfica tornam o serviço essencial.

Tabela 8
Mudanças nas Condições de Acesso a Serviços Públicos
e Bens Duráveis - Pobres e Não Pobres por Estratos - 1981 e 2001

| Categorias | Pobre | | Não-Pobre | | Total* | |
|----------------------------|-------|------|-----------|------|--------|------|
| | 1981 | 2001 | 1981 | 2001 | 1981 | 2001 |
| Água Adequada (%) | | | | | | |
| Total | 28,2 | 66,1 | 66,2 | 85,0 | 53,4 | 80,9 |
| Metropolitano | 48,2 | 83,1 | 84,7 | 93,3 | 74,4 | 90,8 |
| Urbano | 36,5 | 68,1 | 74,3 | 88,9 | 62,6 | 84,8 |
| Rural | 5,3 | 23,8 | 25,8 | 53,4 | 16,9 | 46,5 |
| Esgoto Adequado (%) | | | | | | |
| Total | 13,0 | 38,8 | 43,9 | 61,1 | 33,4 | 56,3 |
| Metropolitano | 19,2 | 46,0 | 53,2 | 63,1 | 43,6 | 58,9 |
| Urbano | 18,9 | 44,9 | 57,1 | 72,9 | 45,2 | 67,5 |
| Rural | 2,5 | 5,1 | 6,9 | 13,2 | 5,0 | 11,3 |
| Coleta de Lixo (%) | | | | | | |
| Total | 24,6 | 72,9 | 55,6 | 83,7 | 45,2 | 81,3 |

(continua)

²⁷ Em área rural, é também considerado adequado poço ou nascente como forma de abastecimento.

POBREZA NO BRASIL: O QUE MUDOU NOS ÚLTIMOS 30 ANOS?

| | | | | | | |
|-----------------------|------|------|------|------|------|------|
| Metropolitano | 48,0 | 76,5 | 80,4 | 89,0 | 71,3 | 86,0 |
| Urbano | 32,1 | 70,7 | 65,6 | 88,2 | 55,2 | 84,8 |
| Rural | 0,3 | 5,2 | 2,9 | 9,6 | 1,8 | 8,6 |
| Rede Elétrica (%) | | | | | | |
| Total | 54,4 | 91,5 | 81,5 | 96,4 | 72,4 | 95,4 |
| Metropolitano | 89,9 | 99,3 | 98,6 | 99,8 | 96,2 | 99,7 |
| Urbano | 72,1 | 96,0 | 94,0 | 99,3 | 87,2 | 98,7 |
| Rural | 11,0 | 61,9 | 35,0 | 78,8 | 24,5 | 74,9 |
| Geladeira (%) | | | | | | |
| Total | 28,1 | 67,9 | 68,5 | 88,8 | 54,9 | 84,3 |
| Metropolitano | 57,9 | 88,0 | 89,7 | 97,2 | 80,8 | 95,0 |
| Urbano | 30,7 | 66,6 | 76,3 | 92,3 | 62,1 | 87,3 |
| Rural | 4,3 | 28,7 | 24,9 | 58,5 | 15,8 | 51,5 |
| TV Preto e branco (%) | | | | | | |
| Total | - | 13,0 | - | 4,7 | - | 6,5 |
| Metropolitano | - | 6,3 | - | 1,6 | - | 2,7 |
| Urbano | - | 16,0 | - | 4,3 | - | 6,6 |
| Rural | - | 18,7 | - | 12,3 | - | 13,8 |
| TV a cores (%) | | | | | | |
| Total | - | 66,8 | - | 86,9 | - | 82,6 |
| Metropolitano | - | 86,5 | - | 96,0 | - | 93,7 |
| Urbano | - | 65,8 | - | 90,2 | - | 85,4 |
| Rural | - | 27,3 | - | 56,5 | - | 49,7 |
| Máquina de Lavar (%) | | | | | | |
| Total | - | 12,2 | - | 38,0 | - | 32,4 |
| Metropolitano | - | 22,3 | - | 58,0 | - | 49,2 |
| Urbano | - | 8,4 | - | 34,6 | - | 29,5 |
| Rural | - | 1,8 | - | 9,8 | - | 7,9 |
| Telefone Celular (%) | | | | | | |
| Total | - | 12,5 | - | 35,4 | - | 30,5 |
| Metropolitano | - | 23,6 | - | 53,5 | - | 46,2 |
| Urbano | - | 8,2 | - | 32,2 | - | 27,6 |
| Rural | - | 1,3 | - | 10,6 | - | 8,5 |

Fonte: A partir de micro-dados da PNAD/IBGE.

*Corresponde a pobres mais não-pobres, isto é, exclui os indivíduos com informação *missing* para renda familiar.

Finalmente cabe observar que caminhamos celeremente em direção à universalização do acesso à eletricidade no Brasil, sendo que os resultados mais adversos para os pobres na

área rural se devem à má cobertura no Nordeste, onde 41% dos pobres rurais vivem em domicílios sem acesso à rede elétrica. Contrariamente a outras áreas do país, a falta de eletrificação rural no Nordeste ocorre mesmo onde a densidade demográfica é compatível com a oferta do serviço. Como em relação aos demais serviços públicos, a falta do serviço na região se dá num quadro de alta incidência de pobreza do ponto de vista da renda e de inoperância do poder público, tendo em vista a essencialidade do serviço.

O acesso à eletricidade abre possibilidades importantes de acesso à informação e ao lazer via televisão, além de melhorias no conforto do domicílio associadas à posse de eletrodomésticos básicos. Neste sentido, a falta da rede elétrica penaliza duplamente as comunidades mais pobres. No entanto, enquanto nas áreas metropolitanas, apesar da desvantagem da renda, se generaliza dentre os pobres o acesso a bens duráveis como geladeira e televisão em cores – respectivamente 88% e 86% dos pobres vivem em domicílios onde existem esses aparelhos –, o acesso é ainda restrito em área rural e, particularmente mais restrito que o acesso à eletricidade, de modo que, naturalmente, não é a falta do acesso à rede elétrica a única restrição. A esse respeito é importante observar que o acesso relativamente favorável dos pobres a bens duráveis nas metrópoles se explica por renda média mais elevada do que o dos pobres em áreas rurais,²⁸ mas também devido a estratégias diversas de aquisição dos bens, que se vinculam à desigualdade de renda mais acentuada e à maior convivência entre pobres e não-pobres.

Cabe destacar, ainda, que as mudanças na estrutura de consumo e no modo de vida desde 1981 são, em alguns casos, tão drásticas que inexistem base de informações para a comparação intertemporal: a PNAD de 1981, por exemplo, não investigou a posse de televisão, telefone ou lavadora de roupa. No entanto, os dados de 2001 evidenciam o acesso de bens duráveis dentre os pobres, o que é revelador do perfil da subpopulação pobre com que estamos trabalhando e, neste caso, do caráter não impeditivo da insuficiência de renda para acesso a bens duráveis.

Finalmente é importante referir às melhorias enormes que ocorreram em relação ao acesso à educação e à saúde, que são freqüentemente subestimadas ou ignoradas, certamente porque ainda estamos longe garantir a todos, em particular aos pobres, o acesso a serviços de qualidade adequada.

Tabela 9
Mudanças Educacionais, segundo Condição - 1981-2001

| Categorias | Pobre | | Não-Pobre | | Total* | |
|---|-------|------|-----------|------|--------|------|
| | 1981 | 2001 | 1981 | 2001 | 1981 | 2001 |
| Tx. de Analfabetismo (%) | | | | | | |
| 10 a 19 anos | 27,3 | 6,9 | 9,6 | 2,6 | 16,2 | 3,7 |
| 20 anos e mais | 44,8 | 22,8 | 18,5 | 12,4 | 25,2 | 14,0 |
| Escolaridade (pessoas de 25 anos ou mais) | | | | | | |
| Nunca freqüentou a escola | 48,2 | 24,7 | 22,4 | 15,1 | 36,5 | 17,5 |
| de 1 a 4 anos | 42,4 | 41,6 | 42,7 | 33,1 | 42,0 | 36,3 |
| de 5 a 8 anos | 7,9 | 24,0 | 17,1 | 20,7 | 15,9 | 19,5 |
| de 9 a 11 anos | 1,3 | 9,0 | 10,3 | 20,3 | 5,1 | 17,0 |
| 12 anos ou mais | 0,2 | 0,7 | 7,5 | 10,8 | 0,5 | 9,7 |

Fonte: A partir de micro-dados da PNAD/IBGE.

*Corresponde a pobres mais não-pobres, isto é, exclui os indivíduos com informação *missing* para renda familiar.

No que concerne à educação, há que destacar a queda drástica do índice de analfabetismo e a universalização do acesso à escola para crianças em idade escolar (Tabela 9). Cabe destacar ainda que, mesmo reconhecendo que os recursos são insuficientes, freqüentemente o mal funcionamento

²⁸ Embora a desvantagem inicial dos pobres rurais em relação à razão do hiato tenha sido revertida no final do período (vide Anexo 2) as rendas médias dos pobres rurais são mais baixas. Em particular, há maior freqüência de famílias rurais pobres sem qualquer renda na data da pesquisa, o que, mesmo não significando renda zero de forma permanente, sem dúvida coloca estas famílias em situação de desvantagem óbvia em relação à economia de mercado.

das escolas se deve a deficiências de gerenciamento, que se combinam à incidência de pobreza e ao despreparo das comunidades para apoiar suas escolas, resultando em problemas crônicos de baixo aproveitamento escolar. Embora o nível educacional tenha se elevado para toda a população e em todas as áreas, o diferencial de nível educacional entre pobres e não-pobres se mantém, o que se constitui em uma das razões da persistência da desigualdade de renda no país. Assim, a taxa de analfabetismo entre as crianças pobres de menos de 10 anos se mantém em 2,5 vezes maior do que a das não-pobres, o que está associado a entrada mais tardia no sistema e problemas de baixo aproveitamento escolar.

Em relação à saúde, embora a PNAD não apresente informações anuais relativas ao acesso aos serviços, é indisputável que houve melhorias na sua provisão. As garantias constitucionais de universalização dos serviços e o SUS certamente permitiram a ampliação da clientela que de fato tem acesso ao sistema de saúde. A consolidação de programas universais de vacinação, assim como outras medidas de medicina preventiva reduziram os índices de morbidade. A queda sustentada da taxa de mortalidade infantil, que no Brasil é um indicador inequívoco das condições mais adversas de vida dos mais pobres dentre os pobres, passou de 115/1000 em 1970 para 30/1000 em 2000, graças a medidas governamentais e de ong's voltadas para o apoio de crianças e mães (por exemplo, exame pré-natal, parto hospitalar, campanha do soro caseiro, programas de apoio nutricional).²⁹ Embora taxas médias encubram situações críticas em bolsões de pobreza, estas são conhecidas e localizadas, podendo ser sanadas de imediato através de ações integradas anti-pobreza gerenciadas diretamente pelo governo federal.

Conclusões

A evolução da pobreza no Brasil no longo prazo pode ser sintetizada em cinco aspectos básicos:

a) uma forte queda da incidência de pobreza do ponto de vista da renda de 68,4% 1970 para 20,7% em 2002, que, no entanto, não ocorreu de forma contínua e sustentada ao longo do período. Ao contrário, houve oscilações conjunturais da proporção de pobres na população total, associadas ao desempenho econômico. Mas o resultado final decorre essencialmente da evolução dos anos 70 e da queda pontual após o Plano Real.

b) o declínio da pobreza no longo prazo tem características de espacialização bem precisas. Cai drasticamente a participação dos pobres rurais na pobreza brasileira, mas não só como função da perda de importância relativa da população rural na população brasileira – que passa de 44% em 1970 para 18% em 2000 – mas também, e o mais importante aqui, devido à queda da incidência de pobreza rural. Enquanto a proporção de pobres nas áreas rurais era significativamente superior à verificada nas áreas urbanas e metropolitanas em 1970 – respectivamente 78% e 60% -, em 2002 os diferenciais são pequenos, em ambos os casos em torno de 20%, sendo notável que a proporção de pobres nas áreas metropolitanas é superior ao das áreas rurais. Assim, embora as áreas rurais em geral, mas especialmente as mais pobres, ainda apresentem desvantagens importantes em relação ao acesso a serviços públicos básicos, não existem mais diferenciais de incidência de pobreza do ponto de vista da renda entre áreas urbanas e rurais. Neste sentido a pobreza brasileira deixou de ser preponderantemente rural para ser preponderantemente metropolitana, e parece realista nos referirmos de novo a um fenômeno de metropolização da pobreza.

c) do ponto de vista das cinco regiões brasileiras, não houve uma mudança radical, pois se mantém a dicotomia entre Sudeste/Sul e Norte/Nordeste, o Nordeste se mantendo como a região pobre por

²⁹ A esse respeito cabe destacar o papel de iniciativas não-governamentais, que, com estrutura e medidas simples e de baixo custo, foram altamente efetivas na redução da mortalidade infantil. A Pastoral da Criança, tem reconhecidamente uma atuação modelar, que conta com repasses do governo federal.

excelência, tanto devido aos indicadores mais adversos – a proporção de pobres é de 28,3% contra 17,7% para o Brasil Não-Nordeste em 2002 – como pelo enorme contingente de pobres envolvido, 13,5 milhões ou 39% dos pobres brasileiros. Cabe destacar, ainda, a evolução favorável da região Centro-Oeste, que está se transformando num Eldorado brasileiro, se desgarrando da outra região de fronteira – o Norte -, que claramente empobreceu no período 1970-2002.

d) a queda da incidência de pobreza ocorreu apesar de evolução desfavorável do mercado de trabalho nos últimos vinte anos, que repercutiu adversamente na formação da renda das famílias. Este fato foi parcialmente compensado, por um lado, por mudanças demográficas e econômicas, tais como a queda da fecundidade e o aumento da participação no mercado de trabalho; por outro lado, pelo crescimento das transferências públicas, previdenciárias e assistenciais às famílias, seja via aumento da cobertura, seja via aumento dos benefícios.

e) as condições de vida dos pobres melhoraram muito em todos os aspectos, tanto no que concerne ao acesso a serviços públicos, como à posse de itens vinculados à renda das famílias. Isto se deve a uma série de fatores, como a focalização nos mais pobres, a redução do preço ao consumidor dos bens duráveis, as facilidades de acesso ao crédito. Em particular, reduziu-se de maneira generalizada o diferencial entre pobres e não-pobres, que muitas vezes está ligado à universalização do acesso ao bem ou serviço.

Embora ao longo dos mais de trinta anos as mudanças tenham sido enormes e positivas, há muito o que fazer. A vantagem é que já se sabe tudo o que é necessário sobre a pobreza no Brasil: a sua espacialização, as diversidades dos perfis dos pobres, a situação crítica dos bolsões no Nordeste rural e nas periferias metropolitanas, a vulnerabilidade das crianças, a importância da educação.

Embora crescimento econômico não seja uma panacéia, garantir um ritmo de sustentado da expansão da renda nacional tornaria, sem dúvida, mais fácil estabelecer os mecanismos institucionais necessários ao combate à pobreza, já que a persistência de pobreza absoluta no Brasil está vinculada à elevada desigualdade de renda e a uma estrutura inadequada do gasto social. Naturalmente a realização de reformas institucionais exige prioridade e consenso políticos em relação a medidas de cunho redistributivo. Por sua vez, a eficácia dessas medidas depende necessariamente da capacidade do setor público de gerenciar programas sociais em larga escala.

A concepção de medidas voltadas para a redução da pobreza absoluta deve considerar especificamente três aspectos.

O primeiro aspecto é que, embora as medidas anti-pobreza devam focar de forma integrada os diferentes carências das famílias, as condições adversas do mercado de trabalho, o nível de desigualdade de renda, e a taxa de urbanização tornam inevitável recorrer a políticas de transferências de renda. Políticas de transferência de renda focalizadas nos pobres deverão ocupar um papel importante durante o período de transição durante o qual, espera-se, deverão ser drasticamente reduzidas as desigualdades educacionais, e, conseqüentemente, a incidência de pobreza absoluta.

O segundo aspecto é a ênfase em medidas educacionais que, reconhecidamente, têm o potencial de reduzir a desigualdade de renda e a pobreza. Embora o acesso a educação básica esteja se universalizando rapidamente, existem dois desafios importantes a ser enfrentados: o enorme passivo de jovens com baixo nível educacional e a necessidade de melhorar a qualidade do ensino, de modo que a frequência à escola signifique, de fato, melhorias de inserção e de desempenho no mercado de trabalho.

O terceiro aspecto é a prioridade a ser dada às famílias com crianças. Os resultados alarmantes quanto à incidência de pobreza entre as crianças, que são naturalmente vulneráveis, tornam-nas a

principal clientela-alvo de ações anti-pobreza. Ancorar medidas de atendimento materno-infantil nas redes de saúde e de educação se constitui na forma mais direta e imediata de focar esta clientela, reduzindo a incidência de pobreza no presente e rompendo o círculo vicioso da pobreza.

Bibliografia

Amadeo, E. et alii . *A natureza e o funcionamento do mercado de trabalho desde 1980*. Rio de Janeiro, Ipea, Outubro 1994. (Texto para Discussão, n. 353.)

Barros, Ricardo Paes de e Mendonça, Rosane Silva Pinto de . *O Impacto do crescimento Econômico e de Reduções no Grau de Desigualdade sobre a Pobreza*. Rio de Janeiro: Ipea, 1997 (Texto para Discussão, no.528).

Barros, Ricardo Paes de e Mendonça, Rosane Silva Pinto de. *Pobreza, estrutura familiar e trabalho*. Rio de Janeiro, Ipea, Fevereiro 1995. (Texto para Discussão, n. 366.)

Cacciamali, Maria Cristina. “Informatização recente do mercado de trabalho brasileiro”. In: *Literatura Econômica*. Ipea, vol. 11, n. 3. Outubro 1989.

IBGE, *Censos Demográficos* ,1970, 1980, 1991 e 2000 (microdados).

IBGE, *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (diversos anos).

PNUD, *Relatório de Desenvolvimento Humano*, 2004.

Ramos, Lauro e Reis, José Guilherme Almeida. *Emprego no Brasil nos anos 90*. Rio de Janeiro, Ipea, Março 1997. (Texto para Discussão, n 468.)

Ramos, Lauro e Soares, Ana Lucia. *Participação da mulher na força de trabalho e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, Ipea, Outubro 1994. (Texto para Discussão, n. 350.)

Rocha, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.

Rocha, Sonia. “Linhas de Pobreza para as Regiões Metropolitanas na primeira metade da década de 80”. In *Anais da ANPEC* (Vol. IV). Belo Horizonte: ANPEC, Dezembro 1988.

Schwartzman, Simon. *As causas da pobreza*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

Anexo 1

Linhas de Pobreza para Análise de Longo Prazo* – 1970 e 2002

| Regiões | LP Rocha | |
|-------------------------------|------------------|-----------------|
| | ago/70 (Cr\$) | set/02 (R\$) |
| Norte | | |
| Belém | 116,22 | 115,95 |
| Urbano | 103,63 | 103,19 |
| Rural | 44,26 | 43,19 |
| Nordeste | | |
| Fortaleza | 111,66 | 67,94 |
| Recife | 106,59 | 87,29 |
| Salvador | 104,66 | 95,68 |
| Urbano | 75,95 | 58,55 |
| Rural | 45,84 | 35,13 |
| Minas Gerais e Espírito Santo | | |
| Belo Horizonte | 95,84 | 93,10 |
| Urbano | 64,43 | 62,38 |
| Rural | 38,14 | 36,31 |
| Rio de Janeiro | | |
| Metrópole | 99,89 | 130,41 |
| Urbano | 62,15 | 80,86 |
| Rural | 45,37 | 58,69 |
| São Paulo | | |
| Metrópole | 123,36 | 142,52 |
| Urbano | 78,82 | 89,79 |
| Rural | 49,59 | 57,01 |
| Sul | | |
| Curitiba | 71,03 | 75,64 |
| Porto Alegre | 93,44 | 94,37 |
| Urbano | 61,76 | 63,75 |
| Rural | 41,64 | 42,50 |
| Centro | | |
| Brasília | 95,06 | 100,44 |
| Urbano | 68,62 | 67,30 |
| Rural | 44,26 | 43,19 |

Fonte: Rocha

* Derivadas a partir do Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF/IBGE) conforme Rocha, 1987.

Anexo 2A**Proporção de Pobres no Brasil - 1970, 1980 - 2002 (%)**

| Ano | Brasil | | | Total |
|------|---------------|--------|-------|-------|
| | Metropolitano | Urbano | Rural | |
| 1970 | 53,2 | 65,3 | 78,6 | 68,4 |
| 1980 | 27,2 | 32,7 | 45,6 | 35,3 |
| 1981 | 29,5 | 31,9 | 44,2 | 34,6 |
| 1983 | 38,4 | 38,5 | 48,7 | 41,2 |
| 1985 | 33,5 | 31,3 | 42,7 | 35,0 |
| 1986 | 23,4 | 21,0 | 28,4 | 23,7 |
| 1987 | 26,1 | 25,3 | 36,7 | 28,3 |
| 1988 | 25,3 | 27,4 | 37,9 | 29,2 |
| 1989 | 28,5 | 27,2 | 37,2 | 29,9 |
| 1990 | 28,9 | 26,8 | 39,3 | 30,3 |
| 1992 | 31,2 | 27,8 | 36,7 | 30,6 |
| 1993 | 32,3 | 27,0 | 35,6 | 30,4 |
| 1995 | 20,1 | 19,2 | 24,7 | 20,6 |
| 1996 | 21,0 | 19,6 | 26,7 | 21,4 |
| 1997 | 21,4 | 18,9 | 25,2 | 20,9 |
| 1998 | 21,3 | 18,3 | 23,5 | 20,2 |
| 1999 | 23,7 | 19,0 | 22,6 | 21,1 |
| 2001 | 24,5 | 19,6 | 23,3 | 21,7 |
| 2002 | 24,5 | 18,7 | 20,4 | 20,8 |

Fonte: A partir de micro-dados de PNAD e de Censos Demográficos/IBGE.

Anexo 2B
Indicadores de Pobreza, segundo Unidades da Federação,
Distrito Federal e Estratos – 1970

| Regiões e Estratos | Número de Pobres | Proporção de Pobres (%) | Participação (%) | Hiato da Renda | Hiato Quadrático |
|--------------------|-------------------|-------------------------|------------------|----------------|------------------|
| Norte | 2.676.951 | 76,8 | 4,4 | 0,530 | 0,260 |
| Belém | 445.482 | 77,2 | 0,7 | 0,582 | 0,308 |
| Urbano | 945.160 | 83,2 | 1,5 | 0,592 | 0,340 |
| Rural | 1.396.217 | 72,6 | 2,3 | 0,473 | 0,200 |
| Nordeste | 23.561.953 | 86,7 | 38,5 | 0,622 | 0,382 |
| Fortaleza | 671.168 | 81,0 | 1,1 | 0,639 | 0,374 |
| Recife | 1.177.592 | 77,1 | 1,9 | 0,621 | 0,341 |
| Salvador | 694.277 | 70,3 | 1,1 | 0,576 | 0,278 |
| Urbano | 6.601.584 | 84,5 | 10,8 | 0,631 | 0,385 |
| Rural | 14.417.332 | 90,1 | 23,6 | 0,619 | 0,392 |
| Sudeste exceto São | 13.423.958 | 63,5 | 22,0 | 0,508 | 0,202 |
| Belo Horizonte | 847.418 | 60,0 | 1,4 | 0,522 | 0,198 |
| Rio de Janeiro | 3.112.220 | 48,4 | 5,1 | 0,467 | 0,134 |
| Urbano | 3.873.984 | 63,7 | 6,3 | 0,505 | 0,205 |
| Rural | 5.590.336 | 77,5 | 9,1 | 0,530 | 0,261 |
| São Paulo | 8.741.733 | 51,8 | 14,3 | 0,449 | 0,134 |
| Metrópole | 3.443.819 | 46,7 | 5,6 | 0,438 | 0,117 |
| Urbano | 3.109.592 | 50,5 | 5,1 | 0,440 | 0,129 |
| Rural | 2.188.322 | 65,3 | 3,6 | 0,477 | 0,181 |
| Sul | 9.382.491 | 58,9 | 15,3 | 0,447 | 0,151 |
| Curitiba | 207.243 | 33,6 | 0,3 | 0,378 | 0,067 |
| Porto Alegre | 595.497 | 44,8 | 1,0 | 0,442 | 0,115 |
| Urbano | 2.556.514 | 51,3 | 4,2 | 0,435 | 0,128 |
| Rural | 6.023.237 | 67,0 | 9,9 | 0,454 | 0,175 |
| Centro-Oeste | 3.350.732 | 69,2 | 5,5 | 0,497 | 0,210 |
| Brasília | 283.713 | 59,8 | 0,5 | 0,495 | 0,179 |
| Urbano | 1.091.750 | 65,0 | 1,8 | 0,504 | 0,204 |
| Rural | 1.865.361 | 73,6 | 3,1 | 0,490 | 0,216 |
| Metropolitano | 11.478.429 | 53,2 | 18,8 | 0,497 | 0,165 |
| Urbano | 18.178.584 | 65,3 | 29,7 | 0,534 | 0,230 |
| Rural | 31.480.805 | 78,6 | 51,5 | 0,548 | 0,282 |
| BRASIL | 61.137.818 | 68,4 | 100,0 | 0,534 | 0,238 |

Fonte: A partir de micro-dados do Censo Demográfico/IBGE.

Anexo 2C
Indicadores de Pobreza, segundo Unidades da Federação,
Distrito Federal e Estratos – 2002

| Regiões e Estratos | Número de Pobres | Proporção de Pobres (%) | Participação (%) | Hiato da Renda | Hiato Quadrático |
|----------------------------|------------------|-------------------------|------------------|----------------|------------------|
| Norte | 4.155.879 | 43,3 | 11,9 | 0,446 | 0,122 |
| Belém | 746.786 | 41,6 | 2,1 | 0,480 | 0,131 |
| Urbano | 3.409.093 | 43,7 | 9,8 | 0,439 | 0,120 |
| Rural | 73.758 | 22,5 | 0,2 | 0,415 | 0,057 |
| Nordeste | 13.577.837 | 28,3 | 39,0 | 0,450 | 0,082 |
| Fortaleza | 807.525 | 26,3 | 2,3 | 0,415 | 0,072 |
| Recife | 1.072.138 | 33,1 | 3,1 | 0,478 | 0,107 |
| Salvador | 1.019.443 | 33,5 | 2,9 | 0,490 | 0,111 |
| Urbano | 6.937.503 | 28,0 | 19,9 | 0,450 | 0,081 |
| Rural | 3.741.228 | 26,9 | 10,7 | 0,440 | 0,075 |
| Minas Gerais/Esp. Stp / ES | 3.193.706 | 15,0 | 9,2 | 0,455 | 0,047 |
| Belo Horizonte | 798.982 | 18,0 | 2,3 | 0,463 | 0,056 |
| Urbano | 1.902.519 | 14,1 | 5,5 | 0,452 | 0,044 |
| Rural | 492.205 | 14,8 | 1,4 | 0,449 | 0,044 |
| Rio de Janeiro | 2.903.335 | 20,4 | 8,3 | 0,403 | 0,051 |
| Metrópole | 2.449.002 | 23,0 | 7,0 | 0,403 | 0,057 |
| Urbano | 397.371 | 12,6 | 1,1 | 0,403 | 0,032 |
| Rural | 56.962 | 14,0 | 0,2 | 0,396 | 0,033 |
| São Paulo | 6.826.704 | 18,4 | 19,6 | 0,447 | 0,055 |
| Metrópole | 4.604.965 | 26,2 | 13,2 | 0,449 | 0,077 |
| Urbano | 2.042.188 | 11,3 | 5,9 | 0,445 | 0,034 |
| Rural | 179.551 | 12,9 | 0,5 | 0,432 | 0,038 |
| Sudeste | 12.923.745 | 17,8 | 37,1 | 0,439 | 0,052 |
| Metrópole | 7.852.949 | 24,1 | 22,5 | 0,436 | 0,068 |
| Urbano | 4.342.078 | 12,5 | 12,5 | 0,444 | 0,038 |
| Rural | 728.718 | 14,2 | 2,1 | 0,441 | 0,042 |
| Sul | 2.283.870 | 9,0 | 6,6 | 0,450 | 0,028 |
| Curitiba | 310.467 | 11,1 | 0,9 | 0,490 | 0,040 |
| Porto Alegre | 536.518 | 14,4 | 1,5 | 0,434 | 0,040 |
| Urbano | 1.064.429 | 7,3 | 3,1 | 0,456 | 0,023 |
| Rural | 372.456 | 8,7 | 1,1 | 0,424 | 0,024 |
| Centro-Oeste | 1.817.674 | 15,2 | 5,2 | 0,431 | 0,046 |
| Brasília | 479.736 | 22,9 | 1,4 | 0,420 | 0,064 |
| Urbano | 1.146.859 | 13,6 | 3,3 | 0,438 | 0,044 |
| Rural | 191.079 | 13,5 | 0,5 | 0,418 | 0,037 |
| Metropolitano | 12.825.562 | 24,5 | 36,8 | 0,446 | 0,071 |
| Urbano | 16.899.962 | 18,7 | 48,5 | 0,446 | 0,055 |
| Rural | 5.107.239 | 20,4 | 14,7 | 0,435 | 0,057 |
| BRASIL | 34.832.763 | 20,8 | 100,0 | 0,444 | 0,060 |

Fonte: A partir de micro-dados da PNAD/IBGE.